



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: geral@ans.ptNº: 23/2001
Data: 06 NOV 01

COMUNICADO

FALAR COM O PRIMEIRO MINISTRO NÃO É CAPRICHOS DA ANS

Para quem ande atento a estas questões que têm a ver com os problemas do actual sistema retributivo dos militares, e mais objectivamente dos vencimentos dos Sargentos, tem-se vindo certamente a aperceber que, na perspectiva da ANS, e segundo uma leitura que temos explicitado a inúmeros níveis, é ao Primeiro Ministro que pesa o ónus do impasse a que se chegou nesta matéria e que começa a gerar preocupações indisfarçáveis e desalentos preocupantes.

Veze sem conta temos exposto a nossa teoria de que, pese embora a boa vontade e competência dos Ministros da Defesa recrutados pelo Governo, não obstante o reconhecimento da razoabilidade das nossas pretensões e mesmo da pacífica aceitação dos nossos argumentos, nada até agora se resolveu por inépcia, insensibilidade, indisponibilidade, falta de vontade política ou o que mais lhe queiram chamar, por parte do Primeiro Ministro.

Compete-lhe a ele, na verdade, salvar a cara do Governo e do Estado, e fazer justiça duma vez por todas, recuperando a fragilidade das promessas incumpridas, garantindo o Ministério dos instrumentos financeiros e de vontade inequívocamente expressa de resolver aquilo que para todos é evidente e escandalosamente simples de ultrapassar, assim haja a suficiente decisão para se assumirem as responsabilidades já por demais vilipendiadas.

A nossa insistência em sermos recebidos pelo Primeiro Ministro, não se trata de uma fixação qualquer ou dum capricho para alimento do ego inebriado da direcção da ANS.

A nossa insistência em sermos recebidos pelo Primeiro Ministro tem a ver com a urgência de resolução dum problema que se vem desenrolando e agravando desde a implementação do actual Sistema Retributivo, com a aplicação do DL 328/99, e que por falta de assunção das suas deficiências, tem vindo a causar prejuízos acumuláveis na bolsa e na dignidade dum número significativo de militares, nomeadamente numa franja já de si extremamente penalizada da categoria de Sargentos.

Na sequência da decisão incontornável tomada pela ANS de exigir do Primeiro Ministro, ou a resolução do problema ou a sua disponibilidade para nos ouvir de viva voz com vista à procura da desejada solução, fomos convidados para um encontro com o seu Assessor Militar, acompanhado pelo Assessor para as Questões Sociais.

A ANS, como é seu timbre, não actua pela inflexibilidade, se bem que tenha uma certeza inabalável de que é com o Primeiro Ministro que temos de falar, e nessa conformidade, acedeu ao encontro proporcionado.

Para além do esclarecimento, pormenorizado e vivo sobre as matérias em apreço, que achámos por bem prestar aos dois assessores, foi ponto de honra da ANS reafirmar a sua determinação na necessidade que há de sermos ouvidos pelo próprio Primeiro Ministro e disponibilizarmo-nos para ouvir atentamente os seus argumentos. Sempre na perspectiva de se caminhar sem tibiezas ou artimanhas na direcção única possível que é a da resolução do problema!

Esta certeza inabalável de que é ao Primeiro Ministro que compete o acto de vontade política que possibilite o desbloqueamento da situação ficou inequívocamente patente ao longo de todo o encontro e foi uma constante reafirmada, de olhos nos olhos, como é apanágio da ANS.

Sem menosprezar o conteúdo deste primeiro encontro ao nível do Gabinete do Primeiro Ministro, para o qual contribuiu, é certo, o anterior relacionamento com o Assessor Militar, com o qual anteriores Direcções mantiveram, em períodos de reconhecida conturbação, contactos decisivos e unânimemente reconhecidos como essenciais para a clarificação e pacificação dos ânimos, mantemos a análise até aqui defendida, de que não obstante leituras diversas que se possam fazer e que respeitamos, é na realidade ao nível do Primeiro Ministro que reside a chave do enigma.

Continuaremos pois a pugnar pela audiência que vimos solicitando. Continuaremos pois a caminhar, as vezes que necessário fôr, até ao Gabinete do Chefe do Governo, na mira de que, quiçá uma clarividência divina, ilumine um breve espaço na agenda do Senhor Primeiro Ministro, que nos permita expor-lhe, olhos nos olhos, aquilo que vimos repetindo vezes sem conta nos mais variados foruns da nossa razão sempre adiada.

Reafirmamos a nossa total disponibilidade para concedermos três alternativas ao Primeiro Ministro.

Ou ele nos resolve o problema, desbloqueando os mecanismos para isso necessários ou ele nos recebe, para juntos encontrarmos a solução do problema, ou ainda como última alternativa, ele nos recebe para que o problema se resolva.

O Senhor Primeiro Ministro poderá talvez ainda não o saber, mas vai escolher umas destas três alternativas. A bem de todos e com o nosso imprescindível contributo.

Os Sargentos de Portugal não têm caprichos, têm convicções e lutam por elas.

Lisboa, 06 de Novembro de 2001

A Direcção